



PROGRAMA DE CONCURSO

Concurso Público

**Aluguer de equipamento e material técnico
para o Departamento de Artes Performativas**

PARTE I. DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Artigo 1.º Identificação do Procedimento.....	4
Artigo 2.º Entidade Adjudicante.....	4
Artigo 3.º Órgão Competente para a Decisão de Contratar	4
Artigo 4.º Fundamento de Escolha do Procedimento.....	4
Artigo 5.º Peças do Procedimento	4
Artigo 6.º Consulta e Aquisição das Peças do Procedimento	5
Artigo 7.º Esclarecimentos, retificações e erros e omissões das Peças do Procedimento	6
Artigo 8.º Preço Base.....	6
PARTE II. PROPOSTAS.....	7
Artigo 9.º Modo e Prazo de Apresentação da Proposta	7
Artigo 10.º Conteúdo da Proposta	7
Artigo 11.º Documentos que Integram a Proposta.....	8
Artigo 12.º Requisitos da Proposta e respetivos Documentos	8
Artigo 13.º Propostas Variantes	9
Artigo 14.º Obrigação de manutenção da proposta	9
Artigo 15.º Alteração e/ou Retirada da Proposta	9
PARTE III. ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS	9
Artigo 16.º Esclarecimentos sobre os Documentos que integram as Propostas	9
Artigo 17.º Análise das Propostas	10
Artigo 18.º Avaliação das Propostas	11
Artigo 19.º Critério de Adjudicação	11
PARTE IV. ADJUDICAÇÃO.....	12
Artigo 20.º Escolha do Adjudicatário	12
Artigo 21.º Notificação da Decisão de Adjudicação.....	12
Artigo 22.º Documentos de Habilitação.....	13
Artigo 23.º Registo central do beneficiário efetivo.....	14
Artigo 24.º Idioma dos Documentos de Habilitação.....	14
Artigo 25.º Não Apresentação dos Documentos de Habilitação	14
Artigo 26.º Falsidade de Documentos e Declarações	14
Artigo 27.º Prestação de Caução.....	15
PARTE V. CONTRATO.....	15
Artigo 28.º Minuta do Contrato	15
Artigo 29.º Celebração do Contrato.....	15
PARTE VI. DISPOSIÇÕES FINAIS	16

Artigo 30.º Despesas e Encargos do Concorrente	16
Artigo 31.º Legislação Aplicável	16

PARTE I.
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Identificação do Procedimento

O presente procedimento pré-contratual tem por objeto o **aluguer de equipamento e material técnico para o Departamento de Artes Performativas** (DAP daqui em diante), para apoio às várias atividades promovidas pela Unidade Orgânica da Cultura, entre setembro e 31 de dezembro de 2022.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

A Entidade Adjudicante é a ÁGORA - Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., com sede na Rua Bartolomeu Velho, n.º 648, 4150-124 Porto, telefone: 22 6199860, fax: 22 6199869 e e-mail: geral@agoraporto.pt

Artigo 3.º

Órgão Competente para a Decisão de Contratar

Por delegação de poderes do Conselho de Administração de 10/12/2021 o órgão competente para a decisão de contratar e autorizar a despesa do presente procedimento é a Administradora Executiva da ÁGORA - Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., Dr.ª Ester Gomes da Silva, nos termos do n.º 1 do art. 36.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (de ora em diante designado abreviadamente por CCP).

Artigo 4.º

Fundamento de Escolha do Procedimento

O presente procedimento pré-contratual é realizado ao abrigo do disposto nos artigos 20.º n.º 1 alínea b) do CCP.

Artigo 5.º

Peças do Procedimento

1. As peças que instruem o procedimento de concurso público são as seguintes:
 - a) Programa de Concurso, Anexo I (Modelo de proposta a apresentar por cada concorrente), Anexo II (Modelo de Declaração de aceitação das condições constantes

do Caderno de Encargos) e Anexo III (Modelo de Declaração inexistência impedimentos legais);

b) Caderno de Encargos e Anexo Único;

2. O procedimento integrará ainda, se for caso disso, os esclarecimentos e as retificações que venham a ser prestados nos termos definidos no presente Programa.

Artigo 6.º

Consulta e Aquisição das Peças do Procedimento

1. O processo da Concurso será integralmente disponibilizado na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt , onde será possível fazer a consulta e o download das peças do procedimento, bem como apresentar a proposta.
2. O processo de Concurso encontra-se também patente para consulta na sede da ÁGORA - Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., sita na Rua Bartolomeu Velho, 648, 4150-124 Porto, com o telefone n.º 226 199 860, fax n.º 226 199 869 e endereço eletrónico geral@agoraporto.pt , onde pode ser examinado, durante as horas de expediente (das 9h30m às 12h30m e das 14h30m às 17h30m), desde a data da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Artigo 7.º

Júri do Procedimento

1. O presente procedimento será conduzido por um Júri, composto por três membros efetivos e dois suplentes, ao qual compete prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças procedimentais e proceder à avaliação, classificação e graduação das propostas.
2. O Júri só poderá deliberar verificando-se a presença do número de membros correspondente ao dos seus membros efetivos.
3. Nas deliberações em que haja voto de vencido de algum membro do Júri, menciona-se em ata essa circunstância, devendo o membro em questão fazer exarar as razões da sua discordância.
4. O Conselho de Administração da Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A. poderá designar, se assim o considerar conveniente, peritos ou consultores para apoiarem o Júri no exercício das suas funções.
5. Os peritos ou consultores referidos no número anterior podem participar nas reuniões do Júri, mas não têm direito de voto.

6. O Júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessárias para efeito de análise e de avaliação das mesmas.

Artigo 8.º

Esclarecimentos, retificações e erros e omissões das Peças do Procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados, por escrito, ao órgão competente para a decisão de contratar, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação da proposta, na plataforma eletrónica prevista no n.º 1 do Artigo 6.º, devendo ser sempre indicado no assunto a referência do procedimento.
2. No mesmo prazo previsto no número anterior, deverá ser apresentada lista na qual se identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento detetados pelas entidades convidadas, que deve ser submetida na plataforma eletrónica prevista no n.º 1 do Artigo 6.º.
3. A apresentação da lista na qual se identifiquem expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento detetados pelas entidades convidadas devem respeitar o previsto nos n.ºs 2 e 3 do Artigo 50.º do CCP.
4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar:
 - a) Presta os esclarecimentos solicitados;
 - b) Pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pela Entidade Convidada, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
5. A prestação dos esclarecimentos e a pronúncia sobre os erros e omissões referidos no número anterior serão notificados através da plataforma eletrónica utilizada para a condução do procedimento e ficarão disponíveis para consulta na sede da Entidade Adjudicante.

Artigo 9.º

Indicação do Preço Base

1. O preço máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pelo aluguer de equipamento e execução dos serviços propostos é **€ 6.483,94 (seis mil quatrocentos e oitenta e três euros**

e noventa a quatro cêntimos), que corresponde às necessidades de aluguer de equipamento e material técnico.

2. Os itens e respetivos preços unitários máximos, encontram-se listados no Anexo Único ao Caderno de Encargos.
3. O preço referido no número 1. do presente artigo pressupõe a inclusão de todos os custos, encargos despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público.

PARTE II. PROPOSTAS

Artigo 10.º

Modo e Prazo de Apresentação da Proposta

1. Nos termos do artigo 62º n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, a apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham, deverá ser realizada exclusivamente através da plataforma eletrónica de contratação pública disponível em www.acingov.pt , até às **17:00 horas do nono dia (9.º) dia posterior à data do envio do presente Concurso para publicação no Diário da República**.
2. A proposta considera-se submetida, após o carregamento dos documentos que a compõem, no momento em que o concorrente procede à assinatura eletrónica da mesma.
3. A receção das propostas será registada, anotando-se a data e a hora em que são recebidas, e culmina com a entrega ao concorrente de um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

Artigo 11.º

Conteúdo da Proposta

1. A proposta deverá ser elaborada de acordo com o Modelo de proposta a apresentar por cada concorrente - **Anexo I** ao presente Programa de Concurso, na qual deverá constar o preço total e os preços unitários, sob pena de exclusão, nos termos do Caderno de Encargos.
2. **Para efeitos de avaliação, é considerado como proposta de preço global o resultado da soma dos preços unitários propostos multiplicados pelas quantidades máximas fixadas, conforme demonstrado no Modelo de Proposta que constitui o referido Anexo I ao presente Programa de Concurso.**
3. A proposta e os documentos que a acompanham deverá ser assinada pelo Concorrente ou por Representante com poderes para o obrigar.

Artigo 12.º

Documentos que Integram a Proposta

1. A proposta deve incluir os seguintes elementos documentais, cuja apresentação é obrigatória:
 - a) Declaração do Concorrente de Aceitação do Conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante no **Anexo II** ao presente Programa de Concurso, devidamente assinada pelo Concorrente ou por representante legalmente autorizado (Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos);
 - b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, contenham os atributos da proposta de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, em conformidade com o modelo constantes do **Anexo I** ao Programa do Concurso, a apresentar em formato.pdf e formato .xls. apenas deverão ser preenchidas as células vazias não sombreadas do modelo de proposta de preço;
 - c) Certidão do Registo Comercial ou o respetivo Código de Acesso à Certidão Permanente para a sua consulta online;
 - d) Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para efeitos de esclarecimento dos atributos da proposta.
2. Os concorrentes devem apresentar a sua proposta atendendo ao modelo de proposta - Anexo I ao Programa do Concurso. Para outras informações devem ser gerados campos de observações no final do modelo.
3. Os documentos que constituem a proposta serão obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 13.º

Requisitos da Proposta e respetivos Documentos

1. A proposta, assim como os documentos que a constituem, devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica e organizados de acordo com a sequência com que estão elencados no ponto anterior.
2. A declaração referida na al. a) do n.º 1 do Artigo 12.º do presente Programa deverá ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

3. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na al. b) do n.º 1 do Artigo 12.º do presente Programa de Concurso deverá ser assinada pelo representante dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes. Os membros dos agrupamentos devem ainda apresentar declaração a comprometer-se, em caso de adjudicação e antes da assinatura do contrato, na constituição de consórcio.
4. Todos os demais documentos que devam ser emitidos pelo candidato ou membro de agrupamento candidato serão assinados pelo mesmo, devendo respeitar o disposto nos n.ºs 2 e 3 do Artigo 13.º do presente Programa de Concurso.

Artigo 14.º

Propostas Variantes

Não são admitidas propostas variantes.

Artigo 15.º

Obrigação de manutenção da proposta

Nos termos do artigo 65.º do CCP, o prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas é de sessenta e seis (66) dias, contados do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

Artigo 16.º

Alteração e/ou Retirada da Proposta

1. Até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, os concorrentes podem retirar as propostas que tenham apresentado, bastando comunicar tal facto à entidade adjudicante.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

PARTE III.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

Artigo 17.º

Lista dos Concorrentes e Consulta das Propostas

1. O Júri, no dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista dos Concorrentes na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt.
2. Mediante a atribuição de um login e de uma password aos Concorrentes incluídos na lista, é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos Concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2.

Artigo 18.º

Esclarecimentos sobre os Documentos que integram as Propostas

1. Poderão ser pedidos aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as suas propostas que se considerem necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.
2. Se existirem fundadas dúvidas quanto à validade ou regularidade de qualquer documento, por este se encontrar rasurado ou apresentar qualquer outra irregularidade, poderá ser solicitado ao Concorrente (ou ao seu representante legal, se aplicável) que apresente o original ou cópia autenticada do mesmo.
3. Nos casos referidos nos números anteriores, os esclarecimentos e os documentos deverão ser prestados pelos concorrentes num prazo máximo definido no respetivo pedido.
4. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes e os documentos referidos no n.º 2 fazem parte integrante da respetiva proposta, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.
5. Os esclarecimentos e os documentos referidos nos números anteriores devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica, devendo todos os Concorrentes ser notificados desse facto.

Artigo 19.º

Análise das Propostas

1. As propostas são analisadas de acordo com critério de adjudicação mais bem especificado no Artigo 21.º do presente Programa de Concurso.

2. São excluídas as propostas cuja análise revele, alguma das causas de exclusão legalmente previstas.

Artigo 20.º

Avaliação das Propostas

O Júri procederá à avaliação, classificação e graduação das propostas validamente apresentadas e que não devam ser excluídas, com base no critério definido no artigo seguinte.

Artigo 21.º

Critério de Adjudicação

1. A adjudicação, será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade monofator, Preço, como previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 74.º, do CCP.
2. Para efeitos de avaliação do preço proposto, será apurado um preço global, por cada proponente, nos termos no n.º 2 do artigo 11º do presente Programa de Concurso.
3. Critério de desempate:
 - a) Se por via da aplicação do critério de adjudicação ficarem graduadas em primeiro lugar duas ou mais propostas, ou seja, em situação de empate técnico, o desempate será concretizado através da realização de um sorteio.
 - b) A data, hora e local do sorteio a realizar será notificado, com o Relatório Final, aos concorrentes graduados em primeiro lugar.
 - c) Do sorteio realizado será lavrada uma ata, que será assinada por representante da Entidade Adjudicante e pelos concorrentes, ou seus representantes legais.
 - d) Após a realização do sorteio será elaborado novo Relatório Final com a ordenação final das propostas e a respetiva proposta de adjudicação, anexando-se ainda a ata do sorteio.

Artigo 22.º

Relatório Preliminar

1. Após a análise das propostas, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas que se encontrem numa das situações previstas no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
3. Do relatório preliminar constará referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes.

Artigo 23.º

Audiência Prévia

Elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhe um prazo de cinco dias úteis, para se pronunciarem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Artigo 24.º

Relatório Final

1. Cumprida a audiência prévia, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõe o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar, para efeitos de adjudicação.
4. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

PARTE IV.

ADJUDICAÇÃO

Artigo 25.º

Escolha do Adjudicatário

Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, o órgão competente para a decisão de contratar toma a decisão de adjudicação.

Artigo 26.º

Notificação da Decisão de Adjudicação

1. A decisão de adjudicação deverá ser notificada aos Concorrentes até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do CCP.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar envia ao adjudicatário a minuta do contrato e, simultaneamente, notifica-o para no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis apresentar os documentos de habilitação solicitados no ponto seguinte.

Artigo 27.º

Documentos de Habilitação

1. O Adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 (cinco) úteis dias a contar da data de notificação da adjudicação:
 - a) Declaração emitida conforme o modelo constante no Anexo III ao presente Programa de Concurso (Declaração para Habilitação);
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP, nomeadamente, certidões de registo criminal do adjudicatário e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência, que se encontrem em efetividade de funções e, declarações de não dívida à Segurança Social e às Finanças (ou respetivas autorizações para consulta dos dados);
2. O Adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no número anterior através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante www.acingov.pt, com exclusão de qualquer outro meio de transmissão eletrónica de dados.
3. Quando os documentos a que se refere o n.º 1 se encontrem disponíveis na Internet, o Adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à Entidade Adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
4. No prazo de 2 (dois) dias contados da notificação para o efeito, deverá o Adjudicatário proceder à supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.
5. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao Adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundamentada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

Artigo 28.º

Registo central do beneficiário efetivo

1. Em simultâneo com a apresentação dos documentos de habilitação, e em cumprimento da obrigação estatuída no artigo 5.º do Regime Jurídico do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017 de 21 de agosto, deverá o adjudicatário apresentar documento comprovativo de registo no RCBE ou, em alternativa, facultar à Entidade Adjudicante o respetivo código de acesso.
2. A falta de apresentação do documento enunciado no número anterior, nos termos do estatuído na alínea b), do n.º 1, do artigo 37.º da Lei 89/2017, impede a celebração do contrato objeto do presente procedimento.
3. O incumprimento da obrigação prevista no número 1 do presente artigo, determina, de per si, a caducidade da adjudicação nos termos e para os efeitos previstos no artigo 87-A do CCP.

Artigo 29.º

Idioma dos Documentos de Habilitação

1. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, devem as entidades adjudicatárias fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 30.º

Não Apresentação dos Documentos de Habilitação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, as entidades adjudicatárias não apresentarem os documentos de habilitação no prazo fixado no presente Programa de Concurso.
2. Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável às entidades adjudicatárias, será concedido, em função das razões invocadas, um prazo adicional para apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 31.º

Falsidade de Documentos e Declarações

Sem prejuízo da participação às entidades competentes para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de quaisquer documentos de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, sendo aplicável o disposto no n.º 2 do Artigo 30.º.

Artigo 32.º

Prestação de Caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, o adjudicatário encontra-se dispensado da prestação de caução.

PARTE V.

CONTRATO

Artigo 33.º

Minuta do Contrato

1. A minuta do contrato será enviada para aceitação do Adjudicatário, juntamente com a notificação da decisão de adjudicação e considerar-se-á aceite por este quando haja aceitação expressa ou, quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes à respetiva notificação.
2. No prazo de 5 (cinco) dias a contar da data de receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o Adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à sua rejeição.

Artigo 34.º

Celebração do Contrato

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação contra aquela.
2. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao prestador de serviços, com a antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, hora e local em ocorrerá a outorga do contrato.
3. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o prestador de serviços não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato.

PARTE VI.
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 35.º

Despesas e Encargos do Concorrente

Constituem encargos do Concorrente as despesas inerentes à elaboração da proposta.

Artigo 36.º

Legislação Aplicável

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Programa de Concurso aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro) na sua redação atual demais legislação aplicável.

Anexos:

- Anexo I: Modelo de proposta a apresentar por cada concorrente;
- Anexo II: Modelo de Declaração de aceitação das condições constantes do Caderno de Encargos;
- Anexo III: Modelo de Declaração inexistência impedimentos legais;

Anexo I - Programa de Concurso
DAP
ALUGUER EQUIPAMENTO TÉCNICO EXTRA
(01.09.22 a 31.12.22)

DEPARTAMEN TO E ÁREA DE ATIVIDADE	EQUIPA	SERVIÇO/ BEM A ADQUIRIR	ATIVIDADE PARA A QUAL O SERVIÇO/BEM É NECESSÁRIO	ANO	PERÍODO TEMPORAL DEFINIDO		ESPECIFICIDADES TÉCNICAS	QUANTIDADES	Preço Base Unitário		Preços Unitários Propostos		Preço total da Proposta	
					INÍCIO NECESSIDADE	FIM DA NECESSIDADE			SEM IVA	COM IVA	SEM IVA	COM IVA	SEM IVA	COM IVA
DAP			Programação Setembro + Festa Lançamento de Programação		01/09/2022	30/09/2022	Equipamento de som	2	220,00 €	270,60 €				
							Equipamento de som	2	102,68 €	126,30 €				
			Programação Outubro		01/10/2022	31/10/2022	Equipamento de som	2	151,20 €	185,98 €				
							Equipamento de vídeo	1	700,00 €	861,00 €				
			Programação Novembro		01/11/2022	30/11/2022	Equipamento de luz	3	700,00 €	861,00 €				
							Equipamento de som	3	462,06 €	568,33 €				
			Espectáculos e outros a definir		01/09/2022	31/12/2022	Equipamento de som	1	350,00 €	430,50 €				
							Equipamento de luz	2	250,00 €	307,50 €				
			Imprevistos por avaria de material		01/09/2022	31/12/2022	Equipamento de som	2	250,00 €	307,50 €				
							Equipamento de som	2	250,00 €	307,50 €				

* NOTA: Relativamente ao equipamento de vídeo, de som e de luz, o Cocontratante deverá garantir o aluguer de equipamentos com as seguintes características:

Equipamento de Vídeo	Projector de vídeo
	Brightness 20,000 ANSI Lumens Resolution 1400x1050 Aspect Ratio 4:3 (SXGA+) Contrast 1,800:1 (full on/off) Display Type 2 cm DLP x 3 Color Processing 8-bit Video Modes 720p, 1080i, 480p, 480i Data Modes MAX 2048x1536
	Microfones Wireless

	Equipamento de Som	Two-Channel Digital Receiver sets; Wide tuning range up to 184 MHz; True digital diversity reception per channel for drop-out resistance; Networked control with Wireless Workbench® software and ShurePlus™ Channels iOS app; Front panel headphone jack enables Dante™ Cue and Dante™ Browse monitoring; Configurable Ethernet switch for redundant Dante or AES67 digital output; AES3 output; Channel Quality meter displays RF signal-to-noise; Bodypack Two transmission modes: Standard for optimal coverage and new High Density for maximum system channel count and robust coverage Encryption-enabled, secure transmission Two connector options: TA4 and LEMO3 Detachable ¼-wave antenna AA or SB900B lithium-ion rechargeable batteries for convenient power options External contacts for docked charging Handheld Transmitter, Offers more than 11 hours of continuous battery life with Shure lithium-ion rechargeable batteries or 8 hours with AA batteries at 10 mW Two transmission modes: Standard for optimal coverage and new High Density for maximum system channel count and robust coverage Rugged metal construction in black or nickel finish Backlit LCD with easy-to-navigate menu and controls Low-profile, lockable power switch Encryption-enabled, secure transmission AA or SB900B lithium-ion rechargeable batteries for convenient power options External contacts for docked charging
		Intercom Wireless
	Equipamento de Luz	Moving Head SPOT Light source, TE™ 650W White LED TRANSFERABLE ENGINE Light output, up to 34.000 lm, 85.000 lx @ 5m, Cpulse™ special flicker free management for HD and UHD cameras, ready for 8K and 16K Zoom range, 5.5° - 50° Effects, Static and rotating gobo wheel, Animation wheel, Framing shutters, Prism
		Moving Head wash- luz RGBW LED count: 37 Optical System: Min. Zoom 7° Max. Zoom 50° Beamshape motorized Resolution: 8 – 16 Bit CTC (Color Temperature Control): electronic 2,500 – 10,000 K

Declaração de aceitação das condições constantes do Caderno de Encargos (nos termos do Anexo I do CCP)

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º